



A INFLUÊNCIA DA BAIXA RENDA NO DESENVOLVIMENTO PSICOSSOCIAL DAS FAMÍLIAS DE COMUNIDADES POPULARES BRASILEIRAS.

Edição 123 JUN/23 SUMÁRIO / 20/06/2023

THE INFLUENCE OF LOW INCOME ON THE PSYCHOSOCIAL DEVELOPMENT OF FAMILIES IN BRAZILIAN LOW-INCOME COMMUNITIES.

REGISTRO DOI: 10.5281/zenodo.8061750

Luzilene Pereira dos Santos¹

Rodrigo Freire de Souza²

Carla Cristina de Sousa Dimarães³

Wollace Scantbelruy da Rocha⁴

RESUMO

Este artigo tem como objetivo investigar a influência da baixa renda no desenvolvimento psicossocial das famílias de comunidades populares brasileiras. A metodologia utilizada é a revisão de literatura sistemática. Discutimos que as famílias de baixa renda enfrentam não apenas dificuldades econômicas, mas também uma série de desafios psicológicos que afetam seu bem-estar e seu funcionamento como unidade familiar. A pobreza está intrinsecamente ligada a fatores estressantes, como a insegurança financeira, a falta de acesso a recursos básicos e as condições precárias de moradia. Essas adversidades podem levar ao aumento dos níveis de estresse, ansiedade, depressão e outros problemas de

saúde mental tanto nos adultos como nas crianças dessas famílias. Além disso, o estigma social associado à pobreza pode levar a sentimentos de vergonha, baixa autoestima e isolamento social. As questões psicológicas nas famílias de baixa renda têm impactos significativos na dinâmica familiar. Relações familiares tensas, conflitos conjugais, dificuldades na parentalidade e na educação dos filhos são alguns dos desafios enfrentados. Esses fatores podem gerar um ciclo intergeracional de pobreza, perpetuando os problemas psicológicos ao longo das gerações. Diante desse cenário, as políticas públicas devem abordar não apenas as necessidades econômicas, mas também fornecer suporte psicológico adequado às famílias de baixa renda, programas de intervenção psicossocial, orientação familiar, podem desempenhar um papel crucial na promoção do bem-estar mental e emocional levando em consideração as especificidades e necessidades das famílias de baixa renda. Além disso, é importante que promover a conscientização e combate ao estigma, visando diminuir o impacto negativo na saúde mental e na qualidade de vida das famílias. Em resumo, as questões psicológicas têm um impacto significativo nas famílias de baixa renda, afetando seu bem-estar e sua funcionalidade. É essencial que as políticas públicas reconheçam e abordem essas questões, garantindo o acesso a suporte psicológico adequado e promovendo o desenvolvimento saudável dessas famílias.

Palavras-chave: famílias de baixa renda, aspectos psicossociais, vulnerabilidade social, políticas públicas, impactos psicológicos.

ABSTRACT

This article aims to investigate the influence of low income on the psychosocial development of families in Brazilian low-income communities. The methodology used is systematic literature review. We argue that low-income families face not only economic difficulties but also a range of psychological challenges that affect their well-being and functioning as a family unit. Poverty is intrinsically linked to stressful factors such as financial insecurity, lack of access to basic resources, and precarious housing conditions. These adversities can lead to increased levels of stress, anxiety, depression, and other mental health problems in both adults and

children of these families. Additionally, the social stigma associated with poverty can result in feelings of shame, low self-esteem, and social isolation. The psychological issues in low income families have significant impacts on family dynamics. Tense family relationships, marital conflicts, difficulties in parenting and child-rearing are some of the challenges faced. These factors can generate an intergenerational cycle of poverty, perpetuating psychological problems across generations. Given this scenario, public policies should address not only the economic needs but also provide adequate psychological support to low-income families. Psychosocial intervention programs, family guidance, and support can play a crucial role in promoting mental and emotional well-being, taking into consideration the specificities and needs of low-income families. Furthermore, it is important to promote awareness and combat stigma, aiming to reduce the negative impact on mental health and quality of life of these families. In summary, psychological issues have a significant impact on low-income families, affecting their well being and functionality. It is essential for public policies to recognize and address these issues, ensuring access to appropriate psychological support and promoting the healthy development of these families.

Keywords: low-income families, psychosocial aspects, social vulnerability, public policies, psychological impacts.

1. INTRODUÇÃO

Este estudo trabalha a questão da influência da baixa renda no desenvolvimento psicossocial das famílias de comunidades populares brasileiras. Para Romildo e José (2017), a família é considerada o pilar da formação da sociedade e da cultura, do desenvolvimento individual, e do conceito de maturidade emocional, é através da família que o indivíduo atinge a sua maturidade emocional. É o principal meio de socialização por introduzir crenças, cultura e modos de pensar, construindo sujeitos e cidadãos. Ela é o primeiro grupo ao qual o indivíduo pertence, e o meio em que ocorre o seu primeiro contato com o mundo. É por meio da família que a criança passa a conhecer as regras e normas da sociedade, além de desenvolver sua personalidade e habilidades.

Historicamente, a população vulnerável está inserida na sociedade em espaços estigmatizados e marginalizados, onde são excluídos dos processos de tomada de decisão e privados de direitos, serviços e recursos básicos. A falta de oportunidades para desenvolvimento de carreiras e a escassez de recursos materiais e financeiros, tendem a gerar uma série de problemas práticos e emocionais para as famílias de baixa renda como consequência Psicológica.

As famílias de baixa renda, em geral, têm o seu padrão de vida limitado em relação às famílias de maior poder aquisitivo. O acesso a uma educação de qualidade, ao lazer, à saúde, à cultura, à segurança, à alimentação e à mobilidade urbana é muito mais restrito para essas famílias. Essa realidade pode gerar efeitos sobre a saúde mental dos membros desse grupo de famílias.

A família deve ser apoiada e ter acesso a condições para responder ao seu papel no sustento, na guarda e na educação de suas crianças e adolescentes, bem como na proteção de seus idosos e portadores de deficiência (BRASIL, 2005).

Atualmente, diversos estudos estão tratando dessa temática, destacam-se os trabalhos de Barbosa e Ximenes (2019) que estão discutindo o apoio social e saúde mental em mulheres em contextos de pobreza no Brasil; Bessa e Fermiano (2021) que estudaram sobre representações de pobreza e desigualdade social entre estudantes do ensino médio. Stamato (2016) exclusão social e subjetividade: o papel da psicologia na política de assistência social. Temos também o trabalho de Ximenes *et al* (2019) que estuda sobre fontes de apoio social em contextos de pobreza, questionando sobre o que dizem as comunidades rurais? E destacamos ainda o trabalho de ROMILDO (2017) que fala sobre a família e a formação de valores.

Estes estudos apresentam uma série de debates sobre temáticas diversas relacionadas à questão da baixa renda e seus efeitos psicológicos nas famílias brasileiras. Nesse cenário, percebe-se que a psicologia tem papel de suma importância, não só intervindo no universo das famílias de baixa renda, suas consequências psicológicas decorrentes deste quando, mas também apontando

sobre o trabalho que os psicólogos podem desenvolver para minimizar os impactos psicossociais decorrentes dessa realidade vivenciada por essas famílias

Diante disso, a metodologia utilizada será a pesquisa estudo de revisão de literatura sistemática no qual será levantada a produção científica na área da família de baixa renda e consequência pesquisa bibliográfica, pois permite a análise teórica do objeto de estudo e de acordo com Lima e Miotto (2007, p. 44) “difere da revisão bibliográfica uma vez que vai além da simples observação dos dados contidos nas fontes pesquisadas, pois imprime sobre eles, a compreensão crítica do significado neles existente”. Conforme as autoras, enquanto procedimento metodológico, a revisão bibliográfica, ainda que flexível, não é um processo aleatório e compreende o cumprimento ordenado de algumas fases.

Tendo como base esse contexto e realidade, o objetivo geral deste estudo é investigar a influência da baixa renda no desenvolvimento psicossocial das famílias de comunidades populares brasileiras. Tendo como objetivos específicos: compreender a diversidade das famílias de baixa renda da sociedade brasileira; discutir as políticas públicas na proteção das famílias em situação de vulnerabilidade relacionadas à questão de renda; identificar os impactos psicológicos em famílias brasileiras relacionados à questão da baixa renda.

2. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

No contexto das famílias de baixa renda, as dificuldades metodológicas apresentam-se como um desafio significativo. Com base nas ideias de Marconi e Lakatos (2017), compreendemos que a revisão de literatura é conduzida por meio de diversas fontes, tais como livros, artigos científicos, ensaios críticos, dicionários, enciclopédias, jornais, revistas, resenhas e resumos. Essa abordagem visa realizar uma análise sistemática da literatura existente, com o propósito de obter uma visão ampla do conhecimento atual acerca de um determinado assunto. Dessa forma, a revisão de literatura envolve atividades como descrição, resumo, esclarecimento e avaliação dos documentos analisados. Ademais, ela pode ser útil na identificação de lacunas na pesquisa existente, eliminando informações irrelevantes e apontando áreas relevantes para futuras investigações.

No presente estudo, optamos por adotar uma pesquisa bibliográfica exploratória, a qual se fundamenta em estudos e pesquisas prévias sobre o tema em questão. A pesquisa bibliográfica segue um conjunto ordenado de procedimentos de busca por soluções, levando em consideração o objeto de estudo, sendo importante ressaltar que essa abordagem permite examinar diferentes aspectos relacionados a um problema específico. Idealmente, todos os assuntos deveriam ser estudados dessa maneira. Além disso, é possível realizar comparações entre teorias e opiniões de diversos escritores que abordam o mesmo tema. Após a coleta de informações e a formulação de conclusões, os alunos estarão prontos para publicar suas descobertas.

De acordo com Gil (2002), a pesquisa bibliográfica é conduzida com base em materiais já elaborados, destacando-se livros e artigos científicos como as principais fontes utilizadas. Embora a maioria das pesquisas demande algum tipo de trabalho bibliográfico, há casos em que a pesquisa é inteiramente baseada em fontes bibliográficas. Nesse sentido, é possível classificar grande parte das pesquisas exploratórias como bibliográficas. Estudos ideológicos e pesquisas que buscam analisar diferentes posições sobre um determinado assunto também são frequentemente desenvolvidos exclusivamente com base em recursos bibliográficos.

A pesquisa bibliográfica consiste em localizar e consultar fontes escritas relacionadas a um determinado assunto. Essa abordagem possibilita que o pesquisador encontre dados que apoiam, corrigem ou complementam o tema proposto. Pode-se descrever esse tipo de pesquisa como aquele que proporciona uma ampla gama de informações, permitindo o uso de dados dispersos em diversas publicações.

Ao diferenciar entre os dois tipos de pesquisa, é relevante considerar as características da pesquisa bibliográfica, conforme apontado por Gil (2010). Nesse tipo de pesquisa, o autor explora a literatura existente, refletindo sobre as ideias, argumentos e evidências encontradas nos documentos consultados.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

3.1. As famílias de baixa renda na sociedade brasileira.

Acreditamos que a família desempenha um papel essencial na vida de todos, fornecendo amor, apoio e conforto, sendo um dos pilares fundamentais da sociedade. A família é considerada o pilar da formação da sociedade, da cultura, do desenvolvimento individual e da maturidade emocional, sendo responsável por introduzir crenças, cultura e modos de pensar, contribuindo para a formação de sujeitos e cidadãos (ROMILDO; JOSÉ, 2017). A família é vista como uma instituição necessária e sagrada, merecendo ampla proteção do Estado devido ao seu papel fundamental na sociedade (GONÇALVES, 2010). Além de fornecer segurança e estabilidade, a família desempenha um papel crucial na formação de indivíduos que contribuem para o bem-estar social.

Ao longo do tempo, a instituição familiar passou por mudanças, resultando em uma diversidade de modelos e configurações familiares. A estrutura familiar nuclear, que era composta por pai, mãe e filhos, já não é tão predominante como antes, e novos modelos têm surgido (SANTANA, 2014). Essas mudanças afetam toda a sociedade e têm um impacto significativo nas famílias.

Muitas famílias enfrentam a realidade da pobreza e da baixa renda, o que as torna ainda mais vulneráveis. A pobreza é um fenômeno complexo e multidimensional, com diversas definições e termos relacionados. A superação da pobreza e da desigualdade requer a implementação de ações e políticas abrangentes (BESSA; FIRMINO, 2021).

Segundo Yasbek (2003), os pobres são aqueles que, temporária ou permanentemente, não têm acesso a um mínimo de bens e recursos, sendo excluídos em diferentes graus da riqueza social. No entanto, programas sociais adequados podem amenizar esses problemas, oferecendo assistência alimentar, moradia e cuidados médicos para famílias de baixa renda, tendo um impacto significativo na saúde mental (BESSA; FIRMINO, 2021).

As questões de trabalho e renda influenciam fortemente a percepção das pessoas sobre a pobreza. Em contextos urbanos, fatores relacionados à educação, moradia e saúde também estão ligados à pobreza. Nas comunidades

rurais, onde a homogeneidade é maior, as diferenças extremas em saúde, educação e habitação são menos comuns (XIMENES *et al.*, 2016).

Famílias de menor poder aquisitivo têm acesso restrito a uma educação de qualidade, lazer, saúde, cultura, segurança alimentar e mobilidade urbana. Essa realidade pode ter efeitos negativos sobre a saúde mental dos membros dessas famílias (YUNES, 2007).

É de extrema importância compreender a dinâmica da família de baixa renda, pois se trata de um problema social multifacetado. O conceito de família é complexo e abrange diversos significados, e existem várias teorias que tentam explicá-lo (VIGNOLI *et al.*, 2010). As famílias de baixa renda enfrentam uma série de desafios, como a falta de acesso à educação de qualidade, serviços de saúde precários, condições habitacionais inadequadas e insuficiência de renda para suprir as necessidades básicas. Além disso, lidam com o desemprego, a falta de oportunidades e estão sujeitas ao risco de desigualdade, exclusão e violência. Essas dificuldades afetam especialmente as crianças, que enfrentam problemas financeiros, pressões relacionadas ao emprego, segurança alimentar e bem-estar geral, além de estarem expostas a problemas sociais como discriminação e isolamento (YUNES, 2007).

A participação da comunidade e da escola na educação e criação de crianças de famílias de baixa renda é uma vertente relevante de pesquisa para compreender a relação entre família e escola (ROHENKOHL, 2012). Diferenças nos valores associados à educação dos filhos também são observadas entre a classe média e a classe baixa (BRAZ, 2005).

Ao trabalhar com a perspectiva de alunos do ensino fundamental, Bessa e Firmino (2021) mostram que eles veem ricos e pobres em termos de diferentes funções e empregos, vinculando riqueza com aparência, posses e status, e veem a privação dos pobres. A mobilidade social e econômica é associada à ideia de trabalhar muito e estudar, dependendo da vontade individual. Resolver a pobreza requer a participação voluntária das pessoas, e a ideia de classe média é fragmentada e mal definida, negligenciando a integração dos diferentes

elementos do sistema econômico. Essas crenças perpetuam a ideia de que, se uma pessoa não melhorou de vida, é porque não se esforçou o suficiente (BESSA; FIRMINO, 2021).

A exclusão social é uma realidade enfrentada por grande parte da população brasileira e tem sido amplamente estudada pelas ciências sociais. Compreender seu impacto na constituição do indivíduo como sujeito social é essencial para quebrar os mecanismos que favorecem sua perpetuação (STAMATO *et al.*, 2016).

A ruptura familiar pode levar ao aumento da pobreza, uma vez que a renda de um único membro muitas vezes não é suficiente para manter o padrão de vida anterior. Além disso, a ruptura familiar pode ter impactos na saúde mental de todos os membros, aumentando a necessidade de cuidados médicos e gerando custos mais elevados.

A família e suas relações desempenham um papel fundamental na proteção do funcionamento biológico, na sobrevivência e na transmissão de valores culturais, tradições e significados. A transmissão desses valores ocorre principalmente nas relações parentais (SZELBRACIKOWSKI, 2007).

3.2. As políticas públicas na proteção das famílias em situação de vulnerabilidade relacionadas à questão de renda.

A família desempenha um papel fundamental no desenvolvimento emocional e social de um indivíduo, sendo o primeiro ambiente em que ele entra em contato com o mundo e as pessoas ao seu redor. Uma família saudável é caracterizada pelo respeito, amor e compreensão entre os seus membros.

As políticas públicas têm buscado adotar medidas de proteção e prevenção, desenvolvendo programas que visam melhorar o acesso aos serviços sociais e à educação, além de fornecer auxílio financeiro. Também são implementados programas específicos para lidar com situações de vulnerabilidade, como abuso de substâncias, violência doméstica, pobreza, entre outras. O objetivo é investir nas famílias, capacitando-as a superar as adversidades e fornecendo serviços especializados para lidar com essas questões (PNAS, 2004).

Frazão (2008) destaca que há um consenso sobre a responsabilidade do Estado em garantir os direitos sociais de todos os cidadãos. Da mesma forma, os profissionais de saúde que compõem a rede de serviços devem apoiar os familiares, fornecendo capacitação para o cuidado e orientação para acessar benefícios sociais e previdenciários, quando necessário.

Dessa forma, cabe ao Estado garantir a proteção da família, incluindo a proteção das crianças, jovens e idosos, e promover a união, o amor e o respeito entre os membros familiares. Além disso, é necessário garantir o cumprimento dos direitos e deveres familiares, bem como o acesso a serviços de saúde e educação de qualidade (art. 226, §8º, da CF/88).

Segundo a Política Nacional de Assistência Social (2004), é importante realizar uma análise mais próxima do cotidiano das pessoas para identificar situações de vulnerabilidade e riscos sociais, uma vez que é nesse contexto que esses riscos e vulnerabilidades se manifestam. As políticas públicas têm atribuído às famílias a responsabilidade por essas situações de vulnerabilidade e exposição ao risco, enquanto as políticas sociais buscam identificar as famílias que se encontram em maior risco social (PNAS, 2004).

Além disso, muitas vezes as famílias de baixa renda não têm acesso aos programas de assistência social, o que significa que não podem contar com o apoio necessário para superar suas dificuldades. Outro desafio enfrentado por essas famílias é a escassez de oportunidades. Elas têm menos chances de participar de programas de capacitação profissional para melhorar suas condições.

A realidade da pobreza é muito mais absurda para os mais pobres. Além da privação, existem diferentes níveis de estratégias de estigmatização. Dentro da sociedade, existem símbolos e representações que criam identidades sociais estigmatizadas e depreciativas para os pobres. Este contexto fornece subsídios para a existência de práticas estigmatizantes que rebaixam os indivíduos em situação de pobreza. Portanto, há um processo pessoal de autodepreciação baseado na vergonha. Da mesma forma, também pode haver um processo de

aceitação e adaptação a essa realidade. No entanto, também é importante mostrar que o comportamento resistivo está presente. A vergonha e a vergonha em si podem ajudar a encorajar críticas e campanhas contra essa desrealização. O delineamento transversal deste estudo também é entendido como uma limitação. Entende-se que o fenômeno da pobreza é dinâmico e composto por diferentes grupos. Existem populações transitoriamente pobres que são temporariamente pobres, avaliando a persistência do estigma. (JÚNIOR; SARRIERA, 2020).

A culpabilização coletiva dos pobres, instigada pelos meios de comunicação, fortalece o significado de seres menos humanos que os demais e leva à perda do sentido pessoal, por meio da transformação de pessoas em rótulos: carentes, favelados, ladrões, menores infratores, delinquentes, criminosos, bandidos, viciados. O forte sentimento de discriminação, vivido diariamente em situações de violência e humilhação, e intensificado pelos meios de comunicação, leva a uma identificação de cidadãos de segunda categoria, que assume culpa por sua própria condição de exclusão (STAMATO, *et al.* 2016).

É essencial oferecer políticas públicas que não apenas melhorem as condições de vida dessas famílias, mas também lhes permitam desenvolver competências socioemocionais, como autocontrole, empatia e autoconhecimento. Isso requer uma gestão eficaz e um ambiente propício para encorajar essas famílias que sofrem com as consequências psicológicas e sociais. O objetivo dessas políticas é garantir que as famílias recebam a assistência necessária para lidar com essas consequências.

Stamato *et al* (2016) discorrem sobre a relação da sociedade com os classificados como pobres por dependerem dos serviços de assistência social, a perda do direito social produz sentimentos de desvalorização e inferioridade. E, traduzida em estigma, pode levar a uma mudança de identidade que dificulta o sentimento de pertencimento a uma classe social e prejudica a capacidade de inserção. Isso se reflete no enfraquecimento dos laços sociais que, quando intensificados, podem levar à sua ruptura total, etapa final de um processo de desqualificação social caracterizado por alto grau de marginalização. Esses

mesmos autores acrescentam ainda que o sofrimento provocado pela exclusão, legitimado no interior da proteção social pela caracterização de vulnerabilidade, leva à transferência para o âmbito individual de um sentimento cuja origem é social. Absorvido pela subjetividade do indivíduo é transformado em sofrimento individual, provoca dupla penalização do excluído: uma decorrente da própria condição de exclusão e outra do processo de interiorização e autor responsável pelo sofrimento provocado por esta condição. (STAMATO; *et al.* 2016).

De acordo com Siqueiro (2011), os sistemas especiais de proteção social no Brasil são destinados a ajudar famílias e indivíduos em situação de risco. Esses sistemas são responsáveis por sistematizar a assistência prestada pela Assistência Social brasileira e têm como foco principal esses aspectos mencionados (SIQUEIRO, 2011).

Um passo fundamental para uma política eficaz é estabelecer um sistema de identificação e mapeamento das famílias mais vulneráveis. Esse sistema deve ser acompanhado de uma análise e monitoramento contínuo para identificar as famílias mais afetadas. Uma vez identificadas, as famílias devem ser informadas sobre os recursos disponíveis, como serviços médicos, psicológicos, de alimentação, acesso a medicamentos e serviços de apoio às famílias. A ciência psicológica não pode ser utilizada como mecanismo de reprodução de desigualdades sociais e de dominação de realidades, e seus processos de geração de conhecimento e desenvolvimento de intervenções devem estar voltados para a liberação dessas estratégias dominantes (JUNIOR; SARRIERA, 2020).

Entre as estratégias psicológicas de enfrentamento às questões emocionais da resultantes da pobreza, Ximenes, *et al* (2020) apresentam: os laços comunitários, que são responsáveis por favorecem o apoio emocional, que é visto como apoio diante das adversidades cotidianas e momentos de solidão; o lar, tratado como um espaço de apoio emocional e material, especialmente quando se trata da velhice, também pode ser considerado um fator de proteção, ajudando a enfrentar as adversidades do envelhecimento em contextos rurais, e; o apoio familiar como a principal fonte de ajuda às famílias socialmente desfavorecidas. (XIMENES, *et al.* 2020) o apoio social é visto como um importante recurso formal e

informal para o enfrentamento de situações de privação e sofrimento emocional, os tipos de apoio utilizados incluem financeiro, instrumental e emocional, tendo a família e amigos como protagonistas.

Gomes e Pereira (2005) ressaltam a gravidade da situação de pobreza e miséria no Brasil, o que levanta preocupações constantes e exige reflexão sobre suas influências na esfera social, especialmente no contexto familiar, onde as políticas públicas ainda carecem de ações mais efetivas.

A pobreza causa uma série de problemas psicológicos entre as pessoas de baixa renda. Essas famílias vivem em condições de moradia precárias, têm acesso a dietas inadequadas e enfrentam dificuldades para obter cuidados de saúde adequados. Além disso, elas sofrem com o desemprego e enfrentam altos níveis de estresse na luta pela sobrevivência. Muitos desses problemas são causados pela desigualdade social, e as pessoas de baixa renda muitas vezes não conseguem suprir suas necessidades básicas sem a ajuda do governo.

A saúde mental e o apoio social são influenciados por dimensões socioeconômicas e contextuais e influenciados por marcadores de gênero. No que diz respeito à pobreza vivida pelas mulheres rurais, as privações em termos de trabalho, renda e educação são agravadas pelo excesso de trabalho doméstico e violência de gênero. Promover as realidades do sofrimento e da doença mental na ausência de cuidados médicos e na medicalização do sofrimento (NEPOMUCENO; XIMENES, 2019).

Observa-se que a ansiedade é uma das principais questões enfrentadas por famílias de baixa renda, uma vez que frequentemente lidam com problemas financeiros e insegurança. A falta de recursos, o estresse decorrente da condição de pobreza e a pressão para atender às necessidades básicas podem levar à depressão. Além disso, o estresse é uma constante na vida das famílias de baixa renda, uma vez que enfrentam problemas relacionados à falta de moradia, acesso limitado à saúde, educação e emprego.

Os problemas sociais enfrentados pelas famílias de baixa renda também têm consequências psicológicas. A escassez de recursos leva à competição dentro da

família, resultando em violência. Além disso, a falta de recursos e as dificuldades enfrentadas levam ao abuso de substâncias, pois as pessoas buscam alívio para suas adversidades.

Outro aspecto significativo é a questão da religiosidade. Nesse sentido, Ximenes, *et al* (2020) afirma que a espiritualidade como suporte religioso configurado como consolo existencial vital é ampliada em meio à instabilidade das políticas públicas. Acrescentam ainda que a religião como uma perspectiva espiritual apoiada socialmente ainda se manifesta em comunidades rurais empobrecidas como um campo de consolo existencial e também expressa uma visão política de obediência e individualismo. (XIMENES, *et al.* 2020)

3.3. Os impactos psicológicos em famílias brasileiras relacionados à questão da baixa renda.

As famílias de baixa renda frequentemente enfrentam uma série de problemas que podem resultar em consequências psicológicas significativas. Esses problemas incluem condições de vida precárias, abuso de substâncias, violência e falta de acesso à educação. Essas questões são comuns em comunidades de baixa renda e têm um impacto significativo no bem-estar psicológico dos membros da família (CEZAR, 2009).

De acordo com Cezar (2009), a forma como a família se estrutura tem um impacto direto na sua capacidade de proteção e na sua capacidade de lidar com as demandas das instituições sociais, como acesso a serviços de saúde, assistência social, educação, previdência social e moradia. A relação entre a família e as consequências psicológicas está diretamente ligada a esses aspectos sociais.

A violência psicológica é caracterizada por comportamentos sistemáticos que visam obter, manter e exercer controle sobre a mulher (MILLER, 1999 apud FONSECA, 2008). As consequências psicológicas da violência doméstica podem incluir sentimentos de vergonha, culpa, dificuldade em confiar, raiva, depressão, ansiedade e isolamento social. As vítimas também podem desenvolver transtorno de estresse pós-traumático e outros problemas de saúde mental.

Além disso, a violência doméstica pode levar a problemas de comportamento, como uso de drogas, abuso de álcool, distúrbios alimentares e comportamentos autodestrutivos (MILLER, 1999 apud FONSECA, 2008).

Bronzo (2009) destaca que, além das privações objetivas, as famílias pobres e vulneráveis enfrentam condições psicossociais negativas que dificultam a superação da pobreza. Nessas situações, é comum que as famílias desenvolvam atitudes e comportamentos de apatia, desmotivação, baixa autoestima, falta de iniciativa, falta de esperança, submissão e dependência, o que acaba perpetuando o ciclo de pobreza.

Uma família desestruturada ou disfuncional pode acarretar consequências psicológicas significativas para os seus membros. Essas consequências podem incluir sentimento de insegurança, baixa autoestima, dificuldades nos relacionamentos interpessoais, problemas de comportamento, ansiedade, depressão e problemas de saúde mental. Crianças expostas a esse ambiente podem desenvolver problemas comportamentais, como agressividade.

Conforme apontado por Ximenes (2015), as condições de vida das pessoas estão influenciadas não apenas pelos rendimentos, mas também pela qualidade dos serviços públicos nas áreas da saúde, educação e habitação. É essencial considerar que a pobreza tem um impacto direto no bem-estar e que esse fenômeno pode levar à apatia e ao sofrimento nos indivíduos. Portanto, é importante desenvolver estratégias que promovam uma análise crítica dos fenômenos cotidianos e que contribuam para a redução da pobreza e do sofrimento psíquico decorrente dela.

As famílias de baixa renda enfrentam uma série de problemas sociais que resultam em várias consequências psicológicas para os indivíduos e suas famílias. Condições sociais desfavoráveis contribuem para o surgimento de diversos problemas psicológicos sociais. A falta de recursos financeiros leva à violência entre os membros da família, já que há competição por recursos. Além disso, a baixa renda também está associada ao abuso de substâncias, pois as pessoas buscam conforto em meio às dificuldades enfrentadas. Desencadeada por atos

de humilhação, a vergonha relacionada à pobreza pode ser considerada como essa prática social estigmatizante concebida a nível individual e psicológico, porque, para um indivíduo sentir vergonha, ele precisa legitimar um julgamento social sobre si mesmo (JUNIOR; SARRIERA, 2020).

A psicologia desempenha um papel fundamental no contexto das famílias de baixa renda. Os psicólogos podem auxiliar essas famílias no enfrentamento e superação dos desafios que surgem em suas vidas, proporcionando compreensão e tratamento para as questões psicológicas que podem surgir.

De acordo com Vizzotto e Gomes (2009), o psicólogo encontra na família uma oportunidade de intervenção para promover uma melhor qualidade de vida. A terapia familiar não coloca toda a responsabilidade pela patologia ou deficiência apenas na criança, além de fornecer orientações e apoio como uma forma preventiva de saúde mental e física.

O psicólogo pode auxiliar a família a trabalhar em conjunto visando uma vida mais saudável. Seu papel inclui melhorar a comunicação, resolver problemas familiares, compreender e lidar com situações especiais, e criar um ambiente doméstico mais funcional e produtivo. Além disso, o psicólogo pode identificar e tratar problemas de saúde mental, como depressão, transtornos de ansiedade e transtorno de déficit de atenção e hiperatividade. No caso das crianças, os psicólogos podem trabalhar para melhorar seu comportamento e desenvolver habilidades sociais, tais como resolução de problemas e manejo de conflitos (CESCA, 2004).

No entanto, para que o processo terapêutico seja efetivo, é necessário que a família reconheça suas dificuldades e deseje encontrar uma solução. O psicólogo não sugere soluções nem é responsável por isso. Seu papel consiste em potencializar as capacidades reais do grupo e auxiliá-los na busca de recursos emocionais.

Conforme apontado pelos autores, um dos principais desafios enfrentados pelas famílias de baixa renda é o estresse. Devido às condições econômicas, muitas vezes a família não dispõe de recursos para lidar com os desafios da vida. Nesse

sentido, os psicólogos podem ajudar a família a compreender e gerenciar o estresse, fornecendo técnicas de relaxamento e orientações (VIZZOTTO; GOMES, 2009).

Para Cesca (2004), os psicólogos podem auxiliar a família a lidar com questões relacionadas a conflitos intrafamiliares. Seu papel é orientar sobre os benefícios da divisão dos cuidados entre os membros familiares, incentivando a participação ativa de todos, a fim de evitar sobrecarregar apenas uma pessoa. Desse modo, é fundamental proporcionar um espaço para que os papéis sociais e familiares sejam questionados e refletidos.

Concebe-se que há uma potência para transformação social desencadeada pelo próprio sujeito em situação de pobreza, que vive situações de humilhação e vergonha. No entanto, pontua-se que é necessário também um contexto minimamente propício, com a existência de oportunidades a serem alcançadas pelos indivíduos pobres. Caso esse contexto seja inexistente ou não apoiador desses movimentos de resistência, pode haver um processo de enfraquecimento dessas potencialidades e retorno de isolamento social ou conformismo (JUNIOR; SARRIERA, 2020).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do exposto, fica evidente que as famílias de baixa renda enfrentam desafios financeiros e sociais significativos que afetam negativamente diversos aspectos de suas vidas, tais como educação, saúde, moradia e aumento da pobreza, com impactos na saúde mental. A exclusão social é uma realidade para muitas famílias de baixa renda, sendo responsabilidade principalmente da família desempenhar um papel fundamental na transmissão de valores culturais e na formação emocional e social dos seus membros.

As políticas públicas têm como objetivo adotar medidas de proteção e prevenção para melhorar o acesso aos serviços sociais e à educação, além de fornecer apoio financeiro às famílias em situação de vulnerabilidade. Cabe ao Estado garantir a proteção da família, incluindo crianças, jovens e idosos, promovendo a união, o amor e o respeito entre seus membros, bem como o acesso a serviços de saúde e

educação de qualidade. No entanto, é necessário identificar e mapear as famílias mais vulneráveis para oferecer-lhes recursos e serviços adequados, como assistência médica, apoio psicológico, alimentação e suporte familiar.

É importante destacar que famílias de baixa renda enfrentam acesso limitado a serviços essenciais, o que pode resultar em consequências para a saúde mental dos seus membros. Condições de vida precárias, violência doméstica, abuso de substâncias e falta de acesso à educação são problemas comuns enfrentados por essas famílias, que têm um impacto significativo no bem-estar psicológico. A falta de recursos financeiros e as condições sociais desfavoráveis contribuem para o surgimento de problemas psicológicos, como violência familiar, abuso de substâncias e vergonha relacionada à pobreza.

É importante também ressaltar que a pobreza está associada a problemas psicológicos, como ansiedade, depressão e estresse, e é essencial oferecer políticas públicas que melhorem as condições de vida das famílias e promovam o desenvolvimento de competências sócio-emocionais para lidar com essas consequências. Além disso, a religiosidade e o apoio social desempenham um papel importante nas comunidades rurais empobrecidas.

Outro fator relevante a ser considerado é a presença de “famílias desestruturadas ou disfuncionais”, que podem acarretar consequências psicológicas significativas, como insegurança, baixa autoestima, dificuldades nos relacionamentos e problemas de saúde mental. Nesse contexto, destaca-se o papel fundamental dos psicólogos no auxílio às famílias de baixa renda, fornecendo compreensão, tratamento, melhorias na comunicação familiar, resolução de problemas e promoção de um ambiente mais saudável.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, Nepomuceno; XIMENES Moraes. Apoio social e saúde mental em mulheres em contextos de pobreza no Brasil. *Revista Interamericana de Psicologia/Interamerican Journal of Psychology (IJP)*. Vol., 53, No. 2, 2019.

BESSA, Sonia; FERMIANO, Maria Belintane. Representações de pobreza e desigualdade social entre estudantes do ensino médio. Debates em Educação | Maceió | Vol. 13 | N°. Especial 2 | Ano 2021 | DOI: 10.28998/2175-6600.2021v13nEsp2p598-622

BRAZ, Marcela Pereira; DESSEN, Maria Auxiliadora; SILVA, Nara Liana Pereira. Relações conjugais e parentais: uma comparação entre famílias de classes sociais baixa e média. Psicologia: Reflexão e crítica, v. 18, p. 151-161, 2005.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: Senado Federal, 1988. Lei Orgânica de Assistência Social: Lei 8.742, de 7 de dezembro de 1993. Brasília: Senado Federal, 1993

Norma Operacional Básica NOB/SUAS. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2005

CESCA, Taís Burin. O papel do psicólogo jurídico na violência intrafamiliar: possíveis articulações. Psicologia & Sociedade, v. 16, p. 41-46, 2004.

DA FONSECA, PAULA MARTINEZ; LUCAS, TAIANE NASCIMENTO SOUZA. Violência doméstica contra a mulher e suas consequências psicológicas. 2006. FARIAS, Cristiano Chaves de; ROSENVALD, Nelson. Curso de Direito Civil: direito das famílias. 4. ed. Salvador: Editora JusPODIVM. 2012.

FRAZÃO, Iracema da Silva; LIMA, Maria Eduarda Batista de. Família de baixa renda que convive com uma pessoa com transtorno mental: uma revisão bibliográfica. Rev. enferm. UFPE on line, p. 417-424, 2008.

Gil, A.C. Como elaborar projetos de pesquisa. 5.ed. São Paulo: Atlas, 2010.

GIL, Antônio Carlos. Como classificar as pesquisas. Como elaborar projetos de pesquisa, v. 4, n. 1, 2002.

GOMES, Mônica Araújo; PEREIRA, Maria Lúcia Duarte. Família em situação de vulnerabilidade social: uma questão de políticas públicas. Ciência & Saúde

Coletiva, v. 10, p. 357-363, 2005.

LIMA, T.C.S de; Mito, R.C.T. Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico: a pesquisa bibliográfica. *Katál*, Florianópolis, v.10, spe, 2007. MOURA JUNIOR, James Ferreira; SARRIERA, Jorge Castella. Vergonha e Humilhação Relacionadas com a Estigmatização da Pobreza: Um Estudo Qualitativo. *Revista de Psicologia da IMED, Passo Fundo*, vol. 12, n. 2, p. 108-125, Julho-Dezembro, 2020. ROHENKOHL, Lia Mara Inês Albertoni; CASTRO, Elisa Kern de. Afetividade, conflito familiar e problemas de comportamento em pré-escolares de famílias de baixa renda: visão de mães e professoras. *Psicologia: Ciência e Profissão*, v. 32, p. 438-451, 2012. ROMILDO, P., & José, S. A família e a formação de valores. *Revista Batista Pioneira*, vol. 6 n. 2. (2017).

Santana, Edith Licia Ferreira Felisberto. Família Monoparental Feminina: fenômeno da contemporaneidade? *Polêmica*, v. 13, n. 2. 2014.

SIQUEIRA, Aline Cardoso; DELL'AGLIO, Débora Dalbosco. Políticas públicas de garantia do direito à convivência familiar e comunitária. *Psicologia & Sociedade*, v. 23, p. 262-271, 2011.

Stamato, Maria Izabel Calil; Exclusão social e subjetividade: o papel da psicologia na política de assistência social. in: Vieira, Marina Tucunduva Bittencourt Porto; Lemos, Daisy Inocência Margarida de; Hélio Alves (Organizadores). *Psicologia e Políticas Públicas*. Santos (SP) : Editora Universitária Leopoldianum, 2016.

SZELBRACIKOWSKI, Adriane Corrêa; DESSEN, Maria Auxiliadora. Problemas de comportamento exteriorizado e as relações familiares: revisão de literatura. *Psicologia em estudo*, v. 12, p. 33-40, 2007.

VIGNOLI, C.S.et al. Trabalhando o conceito da vulnerabilidade. Brasília, Saraiva,2010. XIMENES, Verônica Moraes et al. Pobreza e suas implicações psicossociais. 2015. Ximenes; Verônica Moraes, *Et al.* Pobreza multidimensional e seus aspectos subjetivos. *Estudos de Psicologia*, 21(2), abril a junho de 2016.

Ximenes, Veronica Morais. *Et al.* Fontes de Apoio Social em contextos de pobreza: o que dizem as comunidades rurais? INTERAÇÃO EM PSICOLOGIA | vol 24 | n 03 | 2020.

YUNES, Maria Angela Mattar; GARCIA, Narjara Mendes; ALBUQUERQUE, Beatriz de Mello. Monoparentalidade, pobreza e resiliência: entre as crenças dos profissionais e as possibilidades da convivência familiar. *Psicologia: Reflexão e crítica*, v. 20, p. 444-453, 2007.

¹Discente finalistas do curso de graduação em Psicologia do Centro Universitário
CEUNI – FAMETRO

²Discente finalistas do curso de graduação em Psicologia do Centro Universitário
CEUNI – FAMETRO

³Mestres em Serviço Social pela PUC-RJ, graduada em Psicologia pela
Universidade Federal do Amazonas. Docente do Centro Universitário CEUNI –
FAMETRO

⁴Mestres em Educação e graduado em Psicologia pela Universidade Federal do
Amazonas. Docente do Centro Universitário CEUNI – FAMETRO.

[← Post anterior](#)

RevistaFT

A RevistaFT é uma Revista Científica Eletrônica Multidisciplinar Indexada de Alto Impacto e Qualis “B2” em 2023. Periodicidade mensal e de acesso livre. Leia gratuitamente todos os artigos e publique o seu também [clikando aqui](#).



Contato

Queremos te ouvir.

WhatsApp: 11 98597-3405

e-Mail: contato@revistaft.com.br

ISSN: 1678-0817

CNPJ: 48.728.404/0001-22

CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), fundação do Ministério da Educação (MEC), desempenha papel fundamental na expansão e consolidação da pós-graduação stricto sensu (mestrado e doutorado) em todos os estados da Federação.

Conselho Editorial

Editores Fundadores:

Dr. Oston de Lacerda Mendes.

Dr. João Marcelo Gigliotti.

Editor Científico:

Dr. Oston de Lacerda Mendes

Orientadoras:

Dra. Hevellyn Andrade Monteiro

Dra. Chimene Kuhn Nobre

Dra. Edna Cristina

Dra. Tais Santos Rosa

Revisores:

Lista atualizada periodicamente em revistaft.com.br/expediente Venha fazer parte de nosso time de revisores também!

Copyright © Editora Oston Ltda. 1996 - 2023

Rua José Linhares, 134 - Leblon | Rio de Janeiro-RJ | Brasil